



DECRETO Nº 010/2026, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Cria o Fórum Municipal de Educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE TANCRETO NEVES, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o art. 79, incisos, V e VII, combinado com as alíneas “a” e “k”, inciso do I do art. 1º do Decreto Municipal nº 86, de 09.08.2010 e, considerando o quanto disposto no item 19.3 do anexo da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Plano Nacional da Educação).

DECRETA:

Art. 1º. Cria o Fórum Municipal de Educação - FME do Município de PRESIDENTE TANCREDO NEVES, BAHIA.

Art. 2º. O Fórum é órgão colegiado que passa a integrar o Sistema Municipal de Educação com caráter deliberativo, consultivo, propositivo, indicador, fomentador e de acompanhamento das ações na área de educação básica.

Art. 3º. O Fórum Municipal de Educação - FME tem a finalidade precípua:

- I. convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação, instituída por portaria da Secretaria Municipal de Educação, bem como divulgar as suas deliberações;
- II. acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação e sua articulação com as deliberações das Conferências Estadual e Nacional da Educação;
- III. elaborar seu regimento interno, bem como o da Conferência Municipal de Educação, que serão aprovados por maioria simples de seus membros, homologados e publicados pela Secretaria Municipal de Educação;
- IV. oferecer suporte técnico para organização da Conferência Municipal de Educação e outros eventos educacionais (seminários, simpósios, fóruns, rodas de debates, audiências...);
- V. participar da construção do Plano Municipal de Educação, bem como planejar e organizar espaços de debate, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação e as deliberações dele emanadas;
- VI. acompanhar a criação e implementação da legislação específica da educação básica no município e de seus instrumentos, assim como promover estudos e debates sobre esta política.

§1º. A elaboração do regimento Interno do FME deverá ser objeto de sua primeira reunião, sendo aprovado em reunião de pauta específica pela maioria simples de seus membros e homologado pela Secretaria Municipal de Educação.

§2º. O regimento apresentará a estrutura, os procedimentos e as normas de funcionamento do FME, dentre outros aspectos.



Art. 4º. O Fórum Municipal de Educação – FME contará com membros indicados titulares e suplentes, nomeados por ato administrativo efetuado pelo chefe do poder executivo por um período de 3 (três) anos, sendo possível a recondução por igual período, das seguintes instituições:

- I-representantes da Secretaria Municipal de Educação;
- II – representantes dos Diretores de Escolas Públicas Municipais;
- III– representantes dos Servidores Públicos Municipais;
- IV– representantes dos pais ou responsáveis dos alunos da rede municipal de ensino;
- V – representantes do Sindicato de Trabalhadores em Educação (APLB);
- VI-representantes do Conselho Municipal de Educação -CME;
- VII – representantes do Conselho Municipal do FUNDEB – CMF;
- VIII – representantes da União Municipal dos Estudantes Secundaristas;
- IX – Representantes da Diretoria Municipal de Cultura;
- X-representantes da Secretaria Municipal de Administração;
- XI – representantes da Câmara Municipal de Vereadores;
- XII– representantes da Secretaria Municipal de Saúde;
- XIII – representantes das entidades religiosas;
- XIV – representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- XV- representantes do Grêmio Estudantil;
- XVI- representantes dos povos Quilombolas;
- XVII- representantes dos povos Ciganos;
- XVIII- representantes dos povos de Terreiros;
- XIX- representantes da Educação Inclusiva;
- XX- representantes LGBTQIAPN+;
- XXI- representantes de Associações;
- XXII- representantes do Conselho Tutelar;



XXIII- representantes da Escola Estadual;

XXIV- representante de Escolas Particulares;

XXV- representantes das Escolas do Campo;

XXVI- Representantes do SINTRAF (Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar)

§ 1º - A cada titular do FME corresponderá a um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no fórum, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

§ 2º – Os membros representantes do FME serão indicados ou escolhidos, até 30 (trinta) dias antes do término do mandato, das seguintes formas:

- I. os representantes dos órgãos públicos serão indicados pelos respectivos órgãos;
- II. os representantes do sindicato, conselhos e Câmara de Vereadores, serão indicados por cada um destes entes;
- III. os professores e servidores, pelas entidades sindicais da respectiva categoria;
- IV. as demais instituições e seguimentos, em processo eletivo dotado de ampla publicidade.

§ 3º – Durante o prazo previsto no § 2º deste artigo, os novos membros deverão se reunir com os membros do FME, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do FME.

§ 4º. Em se tratando de estudantes, a idade mínima exigida para a representação estudantil será de 16 (dezesesseis) anos.

Art. 5º - Após a escolha dos membros do FME, as instituições ou seguimentos responsáveis pela indicação ou eleição destes, encaminharão ao Prefeito Municipal solicitação escrita, devidamente instruída quando tratar-se de eleição, para nomeação e posse dos membros.

§ 1º - Os membros do FME escolherão, na primeira reunião, que deverá realizar-se imediatamente após a respectiva posse, por eleição entre os pares, o Coordenador, o Vice Coordenador e o Secretário.

§ 2º – Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Coordenador do FME incorrer na situação de afastamento definitivo prevista a coordenação será ocupada pelo Vice-Coordenador.

§ 3º A falta de indicação ou eleição de alguns membros do FME, ou ainda, o não atendimento, do que prever o *caput* deste artigo, por algumas instituições ou seguimentos, não impedirá a constituição e o funcionamento do FME, desde que o número de membros não seja inferior a 10 (dez), entretanto, fica garantida, a todo tempo, a nomeação e posse dos representantes faltosos, desde que preencham e atendam todos os requisitos desta lei e seus regulamentos.



§ 4º - O mandato dos membros do FME será de 03 (três) anos, permitida a recondução para o próximo mandato.

§ 5º. Os membros do FME definirão critérios para a inclusão de representantes de outros órgãos ou entidades.

§ 6º. No caso de ocorrência de vaga, o novo conselheiro nomeado e empossado, deverá completar o mandato do substituído.

Art. 6º - As atividades dos membros do FME reger-se-ão pelas disposições seguintes:

- I. o exercício da função de membro é considerado serviço público de relevante interesse social, e não será remunerado;
- II. os membros do FME serão exonerados e excluídos do FME e substituídos pelos respectivos suplentes nos seguintes casos:
 - a) de faltas injustificadas a 3 reuniões consecutivas ou 5 reuniões intercaladas, no período de um ano, sendo que o prazo para requerer justificação de ausência é de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da reunião em que houve a falta;
 - b) desligamento por motivos particulares;
- III. os membros do FME poderão ser substituídos a pedido ou, mediante solicitação da instituição, seguimento ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal, desde que o membro substituto tenha sido submetido às formalidades e requisitos deste decreto regulamentos;
- IV. cada instituição com representação no FME terá direito a um único voto na sessão plenária;
- V. o membro do FME previsto no inciso I do *caput* do Art. 4º deste Decreto, perderá seu mandato, nas seguintes situações:
 - a) a critério de quem lhe indicou;
 - b) por exoneração ou demissão do quadro efetivo ou temporário do Poder Executivo Municipal;
 - c) com a expiração ou extinção do mandato do Prefeito Municipal que o indicou;
 - d) por falta de assiduidade, nos termos da alínea “a” do inciso II deste artigo.

Art. 7º - O FME terá seu funcionamento regido por regimento interno próprio e obedecendo as seguintes normas:

- I. plenário como órgão de deliberação máxima;
- II. as sessões plenárias serão realizadas nos prazos estabelecidos no regimento interno;
- III. as sessões plenárias serão realizadas com a maioria absoluta das suas representações em primeira convocação ou 1/3 (um terço) em segunda e última convocação, que deliberarão pela maioria dos votos presentes, sendo que a segunda convocação, deverá se dar num intervalo mínimo de 5 (cinco) dias corridos, contado da primeira convocação;
- IV. as decisões do FME, salvo quando o regimento interno determina ao contrário, serão tomadas por maioria simples, cabendo ainda ao presidente o voto de qualidade, nos casos em que ocorrer empate no julgamento.



PREFEITURA DE
PRES. TANCREDO NEVES
CAMPO QUE CRESCER, CIDADE QUE AVANÇAR

ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves – BA
Secretaria Municipal de Educação
CNPJ: 29.979.766/0001-41



**Secretaria de
Educação**

Art. 8º. O Fórum Municipal de educação estará administrativamente vinculado à Secretaria Municipal da Educação e será coordenado, recebendo desta, todo o suporte e infraestrutura necessários ao seu funcionamento e desenvolvimento de suas funções.

Art. 9º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES,
EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026.**

JOSUÉ PAULO DOS SANTOS FILHO
Prefeito Municipal

EDILENE DE JESUS SANTOS
Secretária Municipal da Educação